

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E TRIBUNAL
DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXX

Autos do Processo nº: XXXXX

FULANO DE TAL, já devidamente qualificado, vem, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal** (LC nº 80/94, artigos 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do artigo 403 do Código de Processo Penal, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I – BREVE RELATO DOS FATOS

Ao acusado foi imputada a prática do crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo e concurso de agentes (artigo 155, parágrafo 4º, incisos I e IV do CP).

Finda a instrução criminal, o Parquet, em alegações finais

orais, pugnou pela procedência integral da denúncia.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memorial.

II - DO RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA (ARTIGO 65, INCISO III, ALÍNEA 'D' do CP):

Primeiramente, é de se registrar que o acusado confessou a prática delitiva ao ser ouvido em juízo, merecedor, portanto, da incidência da atenuante da confissão espontânea, prevista no artigo 65, inciso III, alínea 'd' do CP.

Nesses termos, a pena deve ser fixada no mínimo legal, em regime aberto.

Preenchidos os requisitos do artigo 44 do CP, a substituição da pena corporal por outras restritivas de direitos é medida impositiva.

IV - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a Defensoria Pública pugna pelo reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, com a fixação da pena no mínimo legal em regime aberto. Além disso, requer a substituição da pena corporal por outras restritivas de direito, nos termos do artigo 44 do CP.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público